

4.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

5. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12(dose) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

6.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

6.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razões de interesse público ou a pedido do FORNECEDOR.

7. CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

7.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

7.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada por meio da celebração de termo de contrato, cuja minuta integrou o Anexo VI do Edital que regeu o procedimento licitatório, no qual estão previstas as disposições relativas aos prazos, às condições de execução dos serviços, à forma de realização das medições ou do recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções para o caso de inadimplimento.

7.4. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame licitatório, quando admitida, obedecerá aos prazos, limites e demais condições estabelecidas no Edital que regeu o certame licitatório.

E, lida e achada conforme, a presente ata segue assinada pelo representante do ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos representantes dos FORNECEDORES com preços registrados nesta Ata, todos abaixo indicados e identificados.

São Paulo, 03 de março de 2020.

PELO ÓRGÃO GERENCIADOR:

PAULO LUIZ SCACHETTI JUNIOR
RG nº 19.218.878-1
CPF nº 132.727.518-07
PELA DETENTORA:

SILVIA GIMENEZ DE

ARAÚJO

RG nº 24.913.290-4 SSP/SP
CPF nº 198.616.048-39

ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

CHEFIA DE GABINETE

SAP nº 3019341/2019. Impugnação do Edital de Concorrência 002/2019 – Gestão Compartilhada de Presídios.

Considerando o contido no Parecer CJ nº 097/2020 (fls.648/654), que analisou as razões da impugnação formulada pela empresa Socializa Empreendimentos e Serviços de Manutenção Ltda. (fls.621/632), o qual acolhemos como motivação para decidir, uma vez que, os argumentos trazidos à colação pela impugnante, não merecem prosperar, pelas seguintes razões:

(i) O argumento trazido à colação pela impugnante, no sentido de que o edital do certame deveria exigir dos profissionais indicados no subitem 5.1.4.1, alínea “b”, que o atestado de comprovação de experiência prévia seja objeto de registro no CRA – Conselho Regional de Administração (§ 5º do artigo 30, da Lei federal 8.666/93), revela-se totalmente descabido, uma vez que não há qualquer fundamento para impor aos referidos profissionais qualquer vinculação com o Conselho Regional de Administração;

(ii) A exigência de registro por conselhos profissionais é cabível, exclusivamente, nas hipóteses em que a experiência exigida seja, necessariamente, decorrente de atividade submetida à sua fiscalização, o que não é o caso em questão.

(iii) Para o exercício das funções de direção, chefia e/ou coordenação em unidades prisionais, correspondentes às funções de gerente operacional, chefe de plantão e chefe de portaria, jamais houve a exigência de que os referidos profissionais fossem vinculados ao Conselho Regional de Administração;

(iv) Eventual exigência nesse sentido, portanto, restringiria indevidamente o certame ao deixar de admitir profissionais que tenham obtido legitimamente experiência semelhante à função que será exercida no contrato;

(v) A exigência de registro na entidade profissional indicada (Conselho Regional de Administração), ou mesmo a comprovação de ser o profissional bacharel em Administração Pública, além de não atender o interesse público primário, seria restritiva ao caráter competitivo do certame;

(vi) Não procede a afirmação da impugnante de que a responsabilidade técnica exigida apenas poderia recair sob o gerente operacional, quando o edital pretende experiência prévia nas funções de direção, chefia e/ou coordenação de unidade prisional, correspondentes às funções de gerente operacional, chefe de plantão e chefe de portaria;

(vii) A alteração proposta pela impugnante redundaria em frustração injustificável ao caráter competitivo do certame;

(viii) A previsão editalícia está em consonância com o disposto na Lei de Licitações, onde, a exigência de qualificação técnico-profissional atende ao disposto no artigo 30, § 1º, inciso I, ao prever a exigência de profissionais detentores de responsabilidade técnica com experiência prévia em funções-chave dentro de uma unidade prisional;

(ix) Não procede a alegação da impugnante no sentido de que o edital de licitação não seria claro, tendo deixado de “explicar se o proponente pode ofertar por lotes ou deve ofertar para todo o objeto licitado” – sic (fls.630); uma vez que a simples leitura do edital é possível vislumbrar que o certame é dividido em três lotes, sendo que a questão resta tratada de forma específica no subitem 9.2, que trata da adjudicação;

(x) A Adjudicação será feita por lote, conforme o detalhamento do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse;

(xi) Também não há como acolher a alegação de que o edital não seria claro a respeito da possibilidade de eventual

consórcio apresentar proposta para 1 ou mais lotes, isso porque, as regras do edital valem para todos os licitantes, inclusive os consórcios, de forma que todos os licitantes, inclusive os consórcios, têm a faculdade de participar de quantos lotes foram de seu interesse;

(xii) A vedação que consta no subitem 2.3.3, do edital, nada tem a ver com a limitação da possibilidade do consórcio de participar de quantos lotes forem de seu interesse.

Considerando todo o exposto, a Comissão Julgadora de Licitações decidiu, por unanimidade, indeferir o pleito da impugnante SOCIALIZA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA. (fls.621/632), com fundamento no contido no Parecer CJ nº 097/2020 (fls.648/654).

Comissão Julgadora de Licitações.
REPUBLICADO EM VIRTUDE DE ERRO DE DIGITAÇÃO NO TEXTO DO ITEM 12.

CHEFIA DE GABINETE

Trata-se de questionamento formulado pela Empresa CCI CONSTRUÇÕES LTDA., encaminhado ao e-mail institucional sap@sap.sp.gov.br, referente a CONCORRÊNCIA Nº 02/2019, PROCESSO SAP 145442/2020 (antigo SAP/GS nº 849/2019), que trata da execução de serviços de operacionalização de quatro Unidades Prisionais sob a forma de gestão compartilhada com o Estado, em atendimento ao item 16.5 do Edital.

Na mensagem eletrônica encaminhada às 12:55h do dia 20 de fevereiro de 2020 a Empresa CCI CONSTRUÇÕES LTDA., fez o seguinte questionamento:

“1. Em razão da retificação do Edital da Concorrência nº 02/2019 - Processo SAP/GS nº 849/2019, republicado em 06 de fevereiro de 2020, entendemos que todos os esclarecimentos encaminhados a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e por esta I. Secretaria respondidos, por força do Edital de Concorrência supracitado, desde a publicação inicial do Edital, mantem-se validos. Pergunta-se, nosso entendimento está correto?”.

“2. Nos termos do item 16.5 do Edital de Concorrência, quanto ao procedimento para envio de esclarecimento relativos a licitação, pergunta-se: Qual o prazo máximo de envio de esclarecimentos?”.

“3. Da leitura do Edital Retificado, nota-se a inclusão da alínea ‘b’, item 5.1.4 - Qualificação Técnica, chamando atenção principalmente o seguinte trecho ‘qualificação técnico-profissional, mediante comprovação de que possui vínculo profissional com ao menos 03 (três) profissionais que tenham experiência prévia nas funções de direção, chefia e/ou coordenação em unidade prisional, que correspondam as de gerente operacional, chefe de plantão e chefe de portaria’. Inicialmente, vale pontuar que após a análise de representação formulada em face do Edital em referência, o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP, por meio do Processo eTC-021789.989.19-1, analisou o Edital em questão e entendeu como legítima a atestação constante do Edital em questão. Neste sentido, e a fim de se manter a lisura do certame licitatório, imperioso relebrar que em diversas oportunidades o TCE/SP enalteceu os demais pontos abordados no Edital, sendo específico quando das alterações necessárias para o andamento do certame, não sendo a qualificação técnica um dos itens questionados. Neste sentido, pontua-se uma das passagens da decisão proferida pelo TCE/SP, em 11 de dezembro de 2019, ‘Desta forma, a despeito de não se revelar a opção da Administração a mais econômica, tendo em vista a análise sumaria de que se reveste esse rito, entendo que devam ser levadas em consideração duas premissas importantes que restaram demonstradas nestes autos. A primeira é que o Estado atendeu, em princípio, as formalidades inerentes a contratação, naquilo que se propõe, como a inclusão do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários entre os Anexos do edital, cuja obrigatoriedade é condição necessária para o cumprimento da norma do art. 40, § 2º, II, da Lei 8.666/93, conforme apontou a Assessoria Especializada. (...)’. Ainda, rememora-se que quando da sessão de julgamento no TCE/SP, houve a solicitação de exclusão das cooperativas do Edital nº 02/2019, justamente em razão da complexidade do projeto, por entender que, para a execução deste, haveria necessidade de vasto know-how para atendimento de uma miríade de serviços prestados nas Unidades Prisionais. Desta forma, a injustificada redução das exigências de qualificação técnica evidentemente põe em risco a prestação de serviços que se quer com o mencionado Edital, uma vez que este apresenta elevado grau de complexidade e de riscos de segurança. Tanto é assim que, no Brasil, existe apenas um projeto similar ao aqui debatido, sendo uma Parceria Público-Privada, instalada no Estado de Minas Gerais, ou seja, o ineditismo de tais projetos, requer um amplo e vasto conhecimento neste nicho de mercado, justamente em razão disso, não há como considerar a qualificação técnica por meio de profissionais. Por estas razões, entende-se que a Comissão Julgadora da Licitação, somente admitirá atestados técnico-operacionais para comprovação das exigências de qualificação técnica. Pergunta-se, nosso entendimento está correto?”.

“4. Em decorrência do disposto na alínea “c”, item 5.1.4 – Qualificação Técnica do Edital, que versa sobre o certificado de visita técnica, que, em síntese, tem como objetivo ‘verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários a execução dos objetos da licitação (...)’: entende-se que toda a estrutura física dos complexos prisionais relacionados no Edital Retificado nº 02/2019, esta completamente concluída e funcional, não havendo qualquer pendência relacionada a realização de obras ou a obras que supostamente ainda estejam em andamento. Pergunta-se, nosso entendimento está correto?”.

“5. Em decorrência do objeto do Edital Retificado nº 02/2019, requer-se a disponibilização do projeto ‘as built’, bem como as especificações técnicas de todos os equipamentos instalados nos complexos prisionais relacionados no referido Edital”.

“6. Como levantado em oportunidade anterior, da leitura do Anexo VI, o artigo 2º, determina a penalidade a ser aplicada em caso de descumprimento contratual, veja-se: ‘Artigo 2º - O descumprimento das obrigações previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, por atuação da contratada ou de seus funcionários, ensejará a aplicação de multa na seguinte conformidade: (...)’ Parágrafo Segundo - As seguintes infrações, comissivas ou omissivas, em razão de sua especial gravidade, ensejarão a incidência de multa fixada entre o mínimo de 200 UFESP’s e o máximo de 100.000 UFESP’s, observados os critérios dos incisos do paragrafo primeiro: I - permitir, promover, facilitar ou de qualquer modo contribuir, culposa ou dolosamente, por atuação da contratada ou de seus funcionários, para fuga ou tentativa de fuga de presos; I - permitir, promover, facilitar ou de qualquer modo contribuir, culposa ou dolosamente, por atuação da contratada ou de seus funcionários, para o ingresso ou tentativa de ingresso de entorpecentes elou de objetos ou substâncias proibidos’. Como de amplo conhecimento, o Poder de Polícia e a faculdade de que dispõe a Administração Pública para disciplinar e restringir, em favor do interesse público adequado, direitos e liberdades individuais, não tendo, portanto, a CONTRATADA, tal faculdade, (monopólio do Estado). Diante da impossibilidade legal de a CONTRATADA exercer o controle e fiscalização de diversas rotinas que podem gerar, por exemplo, o ingresso indevido de objetos não autorizados nas Unidades Prisionais - como no caso da revista de advogados e entidades religiosas, justamente em razão de o Poder de Polícia ser indelegável - não pode a CONTRATADA ser penalizada por ações ou omissões as quais não tenha dado causa, tampouco tenha concorrido. Assim, entende-se que a responsabilidade da CONTRATADA deve ser apurada no limite do dolo de sua ação, uma vez que responsável por possíveis atos cometidos, tendo como ser mensurada sua responsabilidade direta sobre tais ações. Ainda, entende-se que não será caracterizada culpa

da Concessionária, em casos como, fuga de apenados em razão de apoio externo, causada pela ausência de efetivo de agentes do Estado; entrada de objetos não autorizados nas Unidades Prisionais, como já citado, em decorrência das revistas que deixam de ser realizadas em visitantes que possuem prerrogativas, que podem vir a facilitar a entrada de tais objetos; bem como as ocorrências relacionadas a ausência de efetivo de agentes do Estado, como exemplo anteriormente citado, que impactam diretamente na operação da futura CONTRATADA, dentre outros acontecimentos que poderão ocorrer, sem qualquer interferência da CONTRATADA, haja vista que, como demonstrado, esta não possui Poder de Polícia. Diante do anteriormente exposto, considerando que o Poder de Polícia e de responsabilidade do Estado, sendo indelegável, e cientes da ausência de responsabilidade da CONTRATADA neste sentido, entende-se que a redação correta dos incisos, será a que segue: ‘I - permitir, promover, facilitar ou de qualquer modo contribuir dolosamente, por atuação da contratada ou de seus funcionários, para fuga ou tentativa de fuga de presos’; ‘I - permitir, promover, facilitar ou de qualquer modo contribuir dolosamente, por atuação da contratada ou de seus funcionários, para o ingresso ou tentativa de ingresso de entorpecentes e/ou de objetos ou substâncias proibidos’. Pergunta-se, nosso entendimento esta correto?”.

“7. Considerando a ampla defesa garantida em caso de aplicação de penalidade, conforme pode-se observar, do item 12.2 do Edital nº 02/2019, do item 5.2.4.4 do Termo de Referência, do parágrafo primeiro, da cláusula décima quatorze do Contrato e do Anexo VI, entende-se que em caso de aplicação de penalidades decorrentes do contrato vinculado ao Edital nº 02/2019, será aplicada a Lei Estadual nº 10.177/98, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. Pergunta-se, nosso entendimento esta correto?”.

“8. Em consonância com o que determina o parágrafo terceiro, cláusula décima quarta do Contrato, poderá a CONTRATANTE ‘descontar das faturas os valores correspondentes as multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais’. Em razão disso, considerando o direito ao contraditório e a ampla defesa, previsto na minuta do Contrato anexo ao Edital nº 02/2019, bem como no Anexo VI, e ainda garantido pelo Art. 5, inc. LV, da Constituição Federal, entende-se que o desconto e a aplicação de penalidade prevista no parágrafo terceiro, cláusula décima quarta do Contrato, supracitado, apenas serão efetivados quando findo o procedimento administrativo competente, em linha com o que determina a Lei Estadual nº 10.177/98. Pergunta-se, nosso entendimento esta correto?”.

“9. Considerando o direito ao contraditório e a ampla defesa, garantidos, entre outros, por meio do Art. 5, inc. LV, da Constituição Federal, entende-se que um suposto descumprimento contratual ensejara a abertura do competente procedimento administrativo, a fim de oportunizar as garantias ao contraditório e a ampla defesa anteriormente mencionados, bem como com o objetivo de identificar o alcance das responsabilidades entre CONTRATANTE e CONTRATADA. Neste sentido, considerando o tramite do procedimento administrativo disposto na Lei Estadual nº 10.177/98, entende-se que enquanto perdurar o procedimento administrativo citado, não haverá qualquer impacto no pagamento que deverá ser realizado pela CONTRATANTE a CONTRATADA, devendo este ser realizado independentemente de haver procedimento administrativo em andamento, devendo ser descontado e/ou cobrado o montante pela infração, somente quando findo o processo administrativo e comprovada a responsabilidade da CONTRATADA. Pergunta-se, nosso entendimento está correto?”.

“10. Da leitura da Clausula 12.1.1 do Edital nº 02/2019, vê-se a referência a advertência nos seguintes termos ‘Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Unidade Contratante’. Frente a cláusula supracitada, questiona-se qual o entendimento da SAP em relação a falta leve? Sugerimos evidenciar”.

Segue esclarecimento:

QUESTÃO 01. As respostas apresentadas pela Administração aos pedidos de esclarecimentos anteriormente formulados permanecem válidas, salvo nos casos em que o item do Edital correspondente ao questionamento tiver sido retificado.

QUESTÃO 02. A lei não estabelece um prazo específico para a resposta aos pedidos de esclarecimentos, porém, nesses casos, será observado o princípio da razoabilidade, ou seja, as licitantes devem encaminhar os questionamentos em tempo razoável para serem respondidos pela Administração.

QUESTÃO 03. A qualificação técnica foi questionada junto ao TCE e o julgamento ocorreu em 06/11/2019, quando julgou parcialmente procedentes as representações, determinando que a Administração, querendo dar seguimento do certame adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, especialmente para:

- a) Adequar a exigência de qualificação técnica;
- b)

No Edital republicado, a qualificação técnica poderá ser comprovada pelo atendimento dos requisitos descritos no item 5.1.4.1, alíneas A ou B, alternativamente.

Portanto, a Comissão Julgadora da Licitação admitirá tanto os atestados técnico-operacionais como atestados de qualificação técnico-profissionais, de modo a atender as exigências estabelecidas pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Tal medida atende à preocupação manifestada pela Corte de Contas do Estado de São Paulo de viabilizar o ingresso de novos entrantes no mercado sem restringir a competição exclusivamente às empresas que já possuam tal experiência, ao mesmo tempo em que confere à Administração a segurança de que os potenciais licitantes que jamais tenham atuado no setor terão, ao menos, 03 (três) profissionais com experiência relevante na gestão de estabelecimentos prisionais.

Com isto permite-se a ampliação da competitividade do certame, exigida pela Lei nº 8.666/93 sem prejuízo da qualidade da prestação do serviço, haja vista a sensibilidade e as peculiaridades inerentes ao serviço de gestão prisional compartilhada.

QUESTÃO 04. A estrutura física dos complexos relacionados no Edital Retificado nº 02/2019 está parcialmente concluída e funcional, onde Gália I e II conta com TRP emitido, Registro está em fase final de testes e acabamentos de forma a possibilitar a emissão do Termo de Recebimento Provisório e as obras do CDP de Aguai em fase final de execução.

Ressaltamos que quando da efetiva celebração da(s) contratação(ões) a estrutura física dos estabelecimentos prisionais de que trata o Edital Retificado nº 02/2019 deverá estar concluída e funcional.

QUESTÃO 05. O ‘as built’ e informações técnicas necessárias serão disponibilizados à Contratada quando da assinatura do contrato de gestão compartilhada.

QUESTÃO 06. Questionamento similar foi respondido em 09/10/2019 – DOE de 10/10/2019 – Questão 04, conforme segue:

“A multa de que trata os incisos I e II, do artigo 2º, Parágrafo Segundo, da Resolução SAP 131/2019 somente será aplicada quando a contratada permitir, promover, facilitar ou de qualquer modo contribuir, culposa ou dolosamente, por sua atuação ou de seus funcionários, para a fuga ou tentativa de fuga de presos, bem como, para o ingresso ou tentativa de ingresso de entorpecentes e/ou de objetos ou substâncias proibidos”.

“A penalidade somente será aplicada após o exercício do contraditório e da ampla defesa, sendo a dosimetria da pena fixada em atenção aos parâmetros mínimos e máximos previstos na Resolução, com observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com os critérios previstos nos incisos do §1º do artigo 2º da Resolução SAP 131/2019. Caso inexistia culpa ou dolo da Contratada não haverá a aplicação de penalidade.”

QUESTÃO 07. Questionamento similar foi respondido em 09/10/2019 – DOE de 10/10/2019 – Questão 08, conforme segue:

“A Cláusula Décima Quarta da minuta de contrato diz respeito ao desconto de multas já aplicadas, sendo a aplicação de qualquer multa administrativa cabível apenas após a conclusão de processo administrativo sancionatório, no qual assegurada à contratada a oportunidade de exercício do contraditório e ampla defesa, com observância da legislação aplicável à espécie, em especial, a Lei nº 8.666/1993 e a Lei Estadual nº 10.177/1998. A Administração poderá se valer, após a regular aplicação de multa pecuniária, de qualquer meio de satisfação do débito, caso não satisfeito espontaneamente pela contratada.”

QUESTÃO 08. A dúvida já foi respondida nos esclarecimentos prestados ao questionamento anterior (questão 07). Portanto, qualquer multa somente será aplicada após a conclusão do procedimento sancionatório, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa. Somente quando finalizado o procedimento, se for o caso, poderá vir a ser descontada a multa do pagamento da empresa.

QUESTÃO 09. As respostas aos questionamentos 07 e 08 já esclarecem a dúvida formulada. Eventuais multas somente serão aplicadas após a conclusão do procedimento sancionatório, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa. Somente quando finalizado o procedimento, se for o caso, poderá vir a ser descontada a multa do pagamento da empresa.

QUESTÃO 10. As sanções previstas seguem um sistema gradual, da mais leve (advertência) a mais severa (declaração de inidoneidade), e não são vinculadas a fatos determinados, estando dentro do Poder Discricionário da Administração estabelecer a punição de acordo com a proporcionalidade da conduta infratora, sempre, após o devido processo legal, onde será garantido o contraditório e a ampla defesa.

Comissão Julgadora de Licitação.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS

Chefia de Gabinete

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta nesta unidade, sito à Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, São Paulo – Capital - LICITAÇÃO na seguinte modalidade PREGÃO (eletrônico) CG nº 005/2020, Oferta de Compra 380101000012020OC00006, do tipo MENOR PREÇO. Processo SAP/GS 3517726/2019. OBJETIVANDO A execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado de diversas capacidades, instalados em vários setores da Sede I, Sede II e do Museu Penitenciário Paulista desta Secretaria da Administração Penitenciária. Entrega das PROPOSTAS, a partir das 00:00 horas do dia 05/03/2020, no site: www.bec.sp.gov.br, com a abertura pra o dia 17/03/2020, às 09:00 horas. O Edital na integra poderá ser obtido ou consultado gratuitamente através do site http://www.e-negociospublicos.com.br, www.bec.sp.gov.br e www.sap.sp.gov.br Informações Tel: (0xx11) 3206-4872 / 3206-4876 / 3206-4873

COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO III, 03 de março de 2020
ACOLHO a decisão do servidor responsável, e diante da competência a mim atribuída, HOMOLOGO o presente certame e o material referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2020, Oferta de Compra nº380247000012020OC00001, conforme Processo SAP nº 2960566/2019, referente a Aquisição de água mineral sem gás em galões de 20 (vinte) litros, com Comodato dos recipientes e entrega parcelada para consumo da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania para o exercício de 2020, autorizando a despesa e a emissão da nota de empenho na seguinte conformidade:

Item 01 para a empresa REI D' ÁGUA LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.963.572/0001-90.
Total da Licitação: R\$ 31.135,44
(038/2020)

COORDENADORIA DE SAÚDE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

DESPACHO DA COORDENADORA DE SAÚDE, de 02/03/2020.
A vista do contido nos autos, DECLARO FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 002/2020, 380193000012020OC00002, Processo SAP/CS nº 2919855/19 referente à CONSTITUIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS (CARDIOVASCULAR E REPOSITOR HORMONAL/CONTRACEPTIVO), nos termos do artigo 13, inciso VII da Resolução CC-27 de 25/05/2006 c.c. artigo 3º do Decreto 47.297 de 06/11/2002 e c.c. artigo 4º, inciso XXII da Lei Federal 10.520 de 17/07/2002.

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Extrato de celebração de ajuste, em cumprimento aos Decretos nº 61.476/2015 e nº 61.897/2016:

Processo nº 3375/2020

Nota de Empenho: 2020NE00094

Objeto: PAGAMENTO DE SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT, DE 06 (SEIS) VEÍCULOS OFICIAIS DESTA COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - EXERCÍCIO DE 2020.

Contratado: SEGURADORA LIDER DOS CONS.DO SEGURO DPVAT S.A

CNPJ: 09.248.608/0001-04

Modalidade da Licitação: Inexigibilidade S/N

Valor: R\$ 33,46 Data: 26/02/2020

Crédito Orçamentário: Natureza da Despesa: 33903944

Programa de trabalho: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 33 dias

Parecer jurídico: Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476, de 03/09/2015, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 61.897/2016.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP PAULO GILBERTO DE ARAÚJO - CHÁCARA BELÉM II

CENTRO ADMINISTRATIVO

UGE: 380.170 – Homologando o Convite-BEC (OC380170000012020OC00003), que trata de despesas com AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TÉCNICO HOSPITALAR: PROTETOR SOLAR A SEREM UTILIZADOS PELOS FUNCIONÁRIOS DESTA UNIDADE PRISIONAL, através da Bolsa Eletrônica de Compras, nos termos do inciso II do artigo 228 do decreto 13.412/79 e resolução SAP 108 DE 20/09/93, e adjudicando por menor preço o objeto do certame na seguinte conformidade:

LABTECH PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS E HOSPITAIS EIRELI para o item 1

Ficam os autos com vistas franqueadas aos interessados.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ÉDERSON VIEIRA DE JESUS - OSASCO I

Centro de Detenção Provisória “Éderson Vieira de Jesus” de Osasco

EXTRATO DE CELEBRAÇÃO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO REFERENTE AJUSTE, EM CUMPRIMENTO AOS DECRETOS Nº 61.476/2015 E Nº 61.897/2016:

Contrato N.º 002/2017

Nota de Empenho: 2020NE00008

Objeto: Impressão e Reprografia Corporativa

Contratado: Importinvest Importação e Comércio Ltda., CNPJ. 74.537.747/0001-10